

O fundamento lógico do normativismo da gramática grega e sua relação com a ausência da inovação e mudança linguísticas como objeto de estudo teórico

The logical foundation of the Greek Grammar normativism and its relationship with the absense of the innovation and linguistic change taked as a theoretical study object

Lorenzo Vitral*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: O objetivo deste trabalho é demonstrar, numa perspectiva historiográfica, que o caráter normativista, amplamente reconhecido, da gramática tradicional na sua vertente grega não se deve somente ao trabalho filológico de preservação ou padronização dos textos clássicos. Essa tarefa foi, na verdade, precedida, tomando Aristóteles como o primeiro sistematizador do conhecimento filosófico de sua época, pela busca de uma linguagem capaz de realizar o trabalho ontológico fundamental da metafísica. A eliminação aristotélica da ambiguidade e da intencionalidade na busca da linguagem precisa e a fundação da metafísica num período em que os estudos da linguagem ainda não se constituíram como disciplina autônoma desfavoreceram por completo a inovação ou a mudança linguística como um objeto de estudo legítimo.

Palavras-chave: Normativismo. Gramática grega. Inovação e mudança linguísticas. Metafísica.

Abstract: The main goal of this paper is to show, in a historical background, that the normative character, largely known, of the traditional grammar in his greek version is not only due to the work of preservation of the classical texts. This task was actually, taking Aristotle as the first systematizer of the philosophical knowledge of his period, preceded by the search of a language able to hold the ontological task of the metaphysics. The attempt by Aristotle to eliminate the ambiguity and intentionality aiming a kind of accurate philophical language and the foundation of metaphysics in a time when the study of language wasn't yet established as an autonomous theory discouraged the innovation or the linguistic change as a legitimate study object.

Keywords: Normativism. Greek Grammar. Innovation and linguistic change. Metaphysics.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O caráter normativo da Gramática Tradicional constitui tema de reflexão constante e de desenvolvimento. Mesmo tomado como um dos pilares teóricos amplamente conhecido do saber secular que herdamos, não nos parece ser o caso de dar o

* Professor titular de Linguística da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; lorenzovitral@gmail.com

tema por esgotado. Não cansamos de nos debruçar sobre suas consequências em diversas áreas do conhecimento linguístico e de seus efeitos em domínios sociais ou históricos.

Retomâmo-lo aqui para discutir sua constituição como uma exigência social de padronização de uma língua que toma por referência a língua escrita do gênero literário. Propomos agregar à sua constituição, além da motivação supracitada, amplamente reconhecida e documentada, a busca – destacaremos a contribuição de Aristóteles – de uma linguagem livre de ‘deficiências’, ou seja, de ambiguidades, de paralogismos, da influência dos ‘estados, ou afetos, da alma’ (*παθήματα τῆς ψυχῆς*) da linguagem da comunicação cotidiana de maneira a estabelecer uma língua capaz, em enunciados apofânticos, de ser ‘símbolos’ (*σύμβολον*) das coisas do mundo de tal forma que nos permita averiguar a veracidade ou falsidade do que é enunciado.

O que acabo de propor é também amplamente conhecido, ou seja, a isenção da linguagem, conferindo-lhe exatidão, é explicitamente perseguida, desde Aristóteles pelo menos, o que o permitiu formular sua lógica. O que estaremos a tentar mostrar, neste texto, é que essa tarefa aristotélica é também um dos fundamentos da busca do enunciado correto (*ὀρθὸς λόγος*) que, na realidade, antecede a tarefa filológica que deu base ao normativismo tradicional.

Na seção 2, expomos a concepção original grega sobre a função da arte gramatical e a busca de Aristóteles pela definição da ciência do ser enquanto ser, que inaugura a metafísica. Na seção 3, trata-se de expor como Aristóteles concebia a linguagem cotidiana como um instrumento limitado ou deficitário para a tarefa da filosofia, o que se configura, sobretudo, em sua oposição aos sofistas. A origem da função filológica dos estudos de gramática é retomada na seção 4 na qual mostramos também se tratar a uma função posterior ao que chamamos de tarefa lógica da linguagem. Dentre as consequências do que expomos está, como discutido na seção 5, que a tradição gramatical afasta-se de se ocupar da variação e a mudança linguísticas como objeto de reflexão científica. Ora, para Aristóteles, o que muda é da ordem da natureza e objeto científico da física, o que exclui tais fenômenos do escopo da filosofia. Mostramos, nesta seção ainda, que é exatamente a intencionalidade, que dispõe, como um dos seus veículos, da ambiguidade, que veicula a inovação e mudança linguísticas. Nossas considerações finais estão expostas na seção 6.

FLP 23(2)

2 A ARTE GRAMATICAL E A CIÊNCIA DO SER ENQUANTO SER

É um truísmo afirmar que a finalidade normativista da tradição gramatical é um dos fundamentos que, como tal, sustenta a construção teórica desse saber ao longo dos séculos. Também conhecido é o fato de que a constituição da gramática como uma *ἐπιστήμη* ‘ciência’ autônoma é uma conquista tardia em relação à filosofia grega. Embora muitos dos filósofos, a começar dos dois principais, isto é, Platão e Aristóteles, e também os sofistas, tenham feito comentários ou análises acerca da língua grega ou da linguagem em muitos dos seus aspectos, foi com a *Téchne Grammatikè*, atribuída a Dionísio, o trácio, o qual viveu no primeiro século antes de Cristo, que o conhecimento gramatical é sistematizado num texto, visando a contemplar a descrição da língua grega de forma ampla e sistemática.

Para Delamarre (1980, p. 322, tradução nossa), no entanto, “o fato de que os antigos gregos não dispunham de gramática, a não ser como instrumento de ensino

das letras (τὰ γράμματα), não permite concluir que a abordagem que propunham era vaga e confusa”¹. De fato, para ficarmos apenas em alguns exemplos, Protágoras teria escrito um tratado sobre a ‘correção da língua’ (ὀρθοέπεια)². Aristóteles desenvolve a distinção entre os gêneros e foca na diferença entre os enunciados apofânticos (ἀποφαντικός), ou declarativos, objeto da lógica, aos quais é possível dizer se são verdadeiros ou falsos, dos demais enunciados como, por exemplo, os que constituem as rezas que não permitem essa abordagem³. Hípias era conhecido por seus estudos acerca dos sons, da métrica, da quantidade das sílabas e dos ritmos. Sem esquecer, é claro, de Platão, considerado, pelo historiador romano Diógenes Laércio, como o primeiro a abrir o caminho para os estudos gramaticais. Não custa relembrar a discussão travada no *Crátilo* sobre a natureza convencional ou natural da significação, considerado como o texto básico do pensamento grego sobre a linguagem; e a primeira formulação, fato seminal da formulação do conhecimento ocidental, da estrutura sujeito/predicado enunciada no *Sofista*.

É preciso saber, no entanto, de que gramática se tratava e com que objetivos. No *Sofista*, Platão lança mão de uma ‘arte gramatical’ (τέχνη γραμματική), concebida como uma técnica de articular letras da mesma forma que a música é a técnica de articular sons. Também Aristóteles concebe uma ciência gramatical como um saber que “estuda todos os sons da voz”, (Aristote, 2008, Γ,2,1003b20, tradução nossa).⁴ Segundo Ildefonse (1997), na educação dos jovens atenienses, o gramático (γραμματιστής) tinha a missão de ensinar as letras, isto é, a leitura e a escrita. É na perspectiva então da formação ou da educação do cidadão grego, da paidéia (παιδεία), que se insere a aprendizagem das letras e da gramática.

O que acabamos de apontar nos permite cogitar que a reflexão gramatical nos séculos de ouro da filosofia grega tinha uma função instrumental, ainda que não exclusivamente, em relação à própria filosofia. De acordo com Ildefonse (1997, p. 14), as filosofias de Platão, de Aristóteles e dos estoicos, independentemente das diferenças que as separaram⁵, compartilhavam o mesmo objetivo apofântico da filosofia, iniciada por Platão contra os sofistas: trata-se de um conhecimento que, no enunciado (λόγος)⁶, buscava dar conta (λόγον δίδοναι) da realidade. A citação seguinte de Imbert (1992, p. 308) fornece-nos elementos para darmos continuidade ao que colocamos:

¹ “... de ce que les anciens Grecs n’avaient pas de grammaire, sinon comme enseignement des lettres (τὰ γράμματα), n’allons pas conclure que leur approche de la langue était vague et confuse” (Delamarre, 1980, p. 322).

² (Platon, 1964,267c).

³ (Aristote, 2014b,4,17a3).

⁴ “... étudie tous les sons de la voix” (Aristote, 2008, Γ,2,1003b20).

⁵ Na Metafísica, por exemplo, como sabido, Aristóteles argumenta contrariamente à teoria da *Ideias de Platão*.

⁶ O termo λόγος (*logos*) pode ser traduzido por ‘enunciado’, ‘discurso’ ou ‘razão’. Traduzi-lo por *ratio* é, como sabido, obra dos latinos.

tratava-se de fornecer um sistema de expressão que pudesse capturar ‘as coisas tal qual elas são’; portanto, que ensinasse a objetividade e a disciplina intelectual exigida por meio da transmissão dos textos...⁷ (Imbert, 1992, p. 308, tradução nossa, aspas do autor).

Pode-se extrair dessa concepção de filosofia uma abordagem da linguagem, que em lugar de tomar essa última como objeto de estudo *de per se*, concebia-a como um instrumento expressivo que deveria ser normatizado a fim de servir como um meio confiável de tratar ou descrever o que ocorre no mundo. Buscava-se assim o enunciado correto (*ὀρθὸς λόγος*), que, ainda segundo Imbert (1992, p. 308, tradução nossa), “era requisitado pela enunciação para salvar o arbitrário das palavras e poder representar as coisas enquanto expressão do pensamento”⁸.

Desenvolver essa formulação de Imbert é fundamental na inteligibilidade da concepção grega da linguagem e de sua relação com o mundo. De que se trata afinal quando se fala do arbitrário das palavras e do que parece ser uma necessidade de evitá-lo?

De início, precisamos ter em mente, com base na definição da filosofia de Aristóteles, na *Metafísica*, ainda que a denominação *μετὰ τὰ φυσικά* seja posterior ao estagirita⁹, como a filosofia primeira (ou teologia), que o estagirita teve como propósito propor a *ciência do ser enquanto ser*^{10 11}.

Embora após séculos de metafísica, a formulação do estagirita seja-nos familiar, não o era na ocasião de sua formulação e, segundo Aubenque (1962), deve ser

⁷ “Il s’agissait de pourvoir à un système d’expression qui saisît ‘les choses telles qu’elles sont’, donc enseignât l’objectivité par les textes transmis et la discipline intellectuelle à laquelle Il convient...” (Imbert, 1992, p. 308, aspas do autor).

⁸ “Il était à chaque fois demande à l’énonciation de sauver l’arbitraire des mots et de représenter les choses en étant l’expression de la pensée.” (Imbert, 1992, p. 308).

⁹ Segundo Aubenque (1962, p. 29), a primeira menção conhecida do termo *μετὰ τὰ φυσικά* encontra-se em Nicolas de Damas (primeira metade do 1º século D.C.) e, como se sabe, a primeira edição da *Metafísica* foi preparada por Andronicos de Rhodes por volta de 60 A.C.

¹⁰ “l’être, en tant qu’être” (*τὸ ὄν ἢ ὅν*) (Aristote, 2008, Γ,1,1003 a 21).

¹¹ No texto aristotélico, citado na nota 10, encontra-se, como é notório, a proposição *τὸ ὄν ἢ ὅν* traduzida no nosso texto por “ser enquanto ser”. Há, no entanto, desde sempre, um amplo debate acerca do objeto da metafísica e da adequada tradução da proposição aristotélica. Vamos nos concentrar na definição citada sabendo, no entanto, que aparece no texto aristotélico um certo número de formulações, algumas complementares, e aceções sobre o objeto de estudo da metafísica (Aubenque, 1980; Courtine, 1980; Castro, 2008). A forma *ὄν*, na realidade, é um particípio presente de gênero neutro enquanto é o verbo *εἶμι* que corresponde ao verbo ‘ser’. Os latinos disporo da forma *ens* preferiram-na como correspondente a *ὄν*, reservando o verbo *esse* como equivalente a ‘ser’ (Gilson, 1948). Em português, temos assim a opção de usar ‘ente’, como tradução de *ens*, que equivaleria ao francês *étant* o qual, com aparência forjada, não reuniu, no entanto, o consenso esperado (*étant* não é uma entrada lexical, por exemplo, no *Vocabulaire* de Lalande, 2010). A despeito da discussão acerca da melhor tradução da forma grega, o parágrafo da *Metafísica* que desenvolve a proposição aristotélica expande sua compreensão destacando a originalidade da proposta de pensar o ser das coisas independentemente do que determina especificamente cada uma delas. Não se trataria assim de estabelecer os princípios de uma ciência particular, mas a busca dos princípios que estão subjacentes a todas elas. A discussão é recolocada em termos renovados, como se sabe, por Heidegger, com a distinção entre o *óntico*, domínio do *ente* (Seiende), e o ontológico, lugar do *ser* (Sein), com base na formulação de que o ser primordial, como totalidade dos entes, não pode ser, ele próprio, um *ente* (Heidegger, 1964; Oliveira, 2014). Mantivemos o termo *ser*, no entanto, devido à sua força significativa tradicional e, na realidade, a escolha por uma ou outra forma não se mostra decisiva em relação aos nossos objetivos.

tomada como um projeto a ser realizado. Para os primeiros comentadores, no entanto, como o estoico Boétos de Sidon, deve-se começar pela física já que mais certa e conhecida, enquanto para Andrônicos de Rhodes, é a lógica o início já que esta trata da demonstração (Aristóteles, *Catégories*, apud Aubenque, 1962, p. 29).

Mas para Aristóteles, diferentemente da física, “a filosofia, a *σοφία*, não se ocupa do que nasce e perece”¹² (Aubenque, 1962, p. 27, tradução nossa). O que nasce e perece, ou o que muda, é o objeto da física que é assim sujeita ao tempo. A metafísica então é uma ciência que se encontra fora, ou além, do domínio dessa última dimensão. “Se qualquer coisa é eterna, imóvel e separada, obviamente pertence a uma ciência teórica conhecê-la e não, é claro, à física porque esta trata dos objetos em movimento, nem à matemática, mas a uma ciência anterior a ambas”¹³ (*Métaphysique*, E, 1026a, 10, 2008, tradução nossa). De que se trata, no entanto, quando se afirma dessa anterioridade da metafísica, implicada na própria designação original aristotélica de filosofia primeira?

Há três sentidos de anterioridade definidos por Aristóteles no livro Δ da Metafísica, de acordo com Aubenque (1962): a anterioridade designa uma posição fixa em relação a um ponto de referência nomeado de primeiro (*πρῶτον*) ou princípio (*ἀρχή*); a anterioridade diz respeito a um conhecimento anterior aos outros e, por fim, toma-se a anterioridade com base na natureza e na essência¹⁴ (*κατὰ φύσιν οὐσίαν*). É o terceiro significado, segundo Aristóteles (Aristote, 2008, Δ,1029 a 12, tradução nossa), “o sentido fundamental de anterioridade pois todos os outros podem se remeter a ele”¹⁵.

Os elementos necessários para a definição da natureza dessa nova ciência estão assim expostos e podemos abordá-los de forma condensada: trata-se de uma ciência que se coloca de forma prioritária em relação a qualquer outra, que busca o princípio constitutivo das coisas na medida em que seu objetivo é tratar da essência eterna e imóvel.

O caráter atemporal dos princípios encontra apoio no culto da tradição e do passado entre os gregos. Como diz Aubenque (1962), se existe uma história da verdade, ela é um esquecimento progressivo com irrupções de reminiscências. O próprio Aristóteles afirma que “o mais antigo é também o mais venerável (Aristote, 2008, A,3,983 b 32, tradução nossa)”¹⁶. Por outro lado, O estagirita reconhece alguma concepção de progresso no sentido da história. Segundo Aubenque (1962, p. 73), com base na *Ética* a Nicômaco (Aristote, 2014a):

O tempo tem duas faces: destruidor da natureza, que ele erode e mina pela ação conjugada do calor e do frio, ele é o auxiliar benevolente – *συνεργὸς ἀγαθός* – da ação humana; e, se não for o criador, é pelo menos o inventor,

¹² “... la philosophie, la *σοφία*, ne s’occupe pas de ce qui naît et périt” (Aubenque, 1962, p. 27).

¹³ “Si quelque chose est éternel, immobile et séparable, manifestement il appartient à une science théorique de le connaître, non certes pourtant à la physique, ni à la mathématique, mais à une science antérieure à l’une et l’autre” (*Métaphysique*, E, 1026a, 10, 2008).

¹⁴ O item *οὐσία* é traduzido por ‘essência’ ou por ‘substância’.

¹⁵ “... le sens fondamental de l’antériorité, puisque tous les autres peuvent se ramener à celui-là” (Aristote, 2008, Δ,1029 a 12).

¹⁶ “Le plus ancien est aussi le plus vénérable” (Aristote, 2008, A,3,983 b 32).

εὐρετής, o que autoriza o progresso das técnicas¹⁷. (Aubenque, 1962, p. 73, tradução nossa).

Em relação ao conhecimento ou à história da filosofia, exegese mais robusta é exigida, para entender o estagirita, no que se refere ao fato de também o conhecimento sofrer mudança no tempo. No comentário de Aubenque supracitado, Aristóteles reconhecia o motor dialético do conhecimento que, através da discussão, permite uma aproximação à verdade, o que é, historicamente, sujeito a recuos, ou cíclico, uma vez que as ideias vão e voltam. Nesse sentido, o progresso do saber era tido como um *γένεσις εἰς οὐσίαν*, ou seja, o advento gradual de uma essência, o que, provavelmente, inspirou a filosofia da história de Hegel.

Essa visão permite afirmar que Aristóteles supunha uma verdade absoluta, independente do conhecimento de uma época, a qual existiria em si. A posição realista de Aristóteles é conhecida. Um dos exemplos comumente citados é sua oposição à teoria das ideias de Platão.

Nessa afirmação do realismo aristotélico, que, como se disse, é fundamental na nossa argumentação, vale a pena explorar como o filósofo concebe a relação entre as palavras e as coisas, ou seja, sua concepção da significação.

3 LÍNGUA E SIGNIFICADO PARA ARISTÓTELES

FLP 23(2)

Vamos lembrar inicialmente que Aristóteles construiu seu edifício filosófico, sobretudo, em resposta aos sofistas e ao platonismo. O combate aos primeiros tomava como ponto de partida o não apego à busca da verdade e, nesse sentido, eles só aparentavam ser filósofos, o que explica os seus esforços na eficácia dos recursos discursivos e não na argumentação de base lógica.

Para ele assim, tratava-se de refutar os sofistas, substituindo a forma destes de conceber o embate por meio da linguagem por uma refutação real que levasse ao conhecimento da verdade sobre o tema em questão (Aristote, 2008, livro Γ). A construção da filosofia aristotélica parte, assim, de certa desconfiança do discurso, da linguagem, na medida em que ela não é posta a serviço da busca da verdade, daquilo que é real. Para se convencer dessa nossa afirmação, aceitemos o trecho de Aubenque (1962, p. 99):

Basta invocar...o sentido frequentemente pejorativo que toma para ele [Aristóteles] o adjetivo λογικός: raciocinar ou definir λογικῶς, isto é, *verbalmente*, é se ater às generalidades, negligenciando o que há de próprio na essência da coisa considerada¹⁸. (Aubenque, 1962, p. 99, tradução nossa, itálico do autor).

¹⁷ “Le temps a deux faces: destructeur de la nature, qu’il erode et qu’il mine par l’action conjuguée de la chaleur et du froid, il est l’auxiliaire bienveillant – συνεργὸς ἀγαθός – da ação humana; et, s’il n’est pas créateur, il est du moins inventeur, εὐρετής, ce qui autorise le progrès des techniques.” (Aubenque, 1962, p. 73).

¹⁸ “Il n’est que d’invoquer...le sens le plus souvent péjoratif que prend pour lui l’adjectif λογικός: raisonner ou définir λογικῶς, c’est-à-dire *verbalement*, c’est s’en tenir aux généralités, em négligeant ce qu’il y a de propre à l’essence de la chose considérée.” (Aubenque, 1962, p. 99, itálico do autor).

Pode-se supor assim certo deslocamento entre a linguagem e seu objeto. É essa, pelo menos, a visão de Jaeger (1986 [1936]) para quem Aristóteles foi o primeiro a romper com a ligação entre a palavra e o ser, entre *λόγος* e o *ὄν*¹⁹, o que, para Aubenque (1962, p. 99-100, tradução nossa, itálicos do autor) tratou-se ainda de uma elaboração de “... uma teoria da significação, isto é, ao mesmo tempo, da separação e da relação entre a linguagem como *signo* e o ser como aquilo que é *significado*.”²⁰.

Essa concepção é contrária a uma das teses defendidas no *Crátilo*, isto é, nesse diálogo, como se sabe, considera-se que os nomes são apropriados, de forma natural, para nomear o que nomeiam, porque ocorre identidade absoluta entre o nome e a coisa (Platon, 1967; Aubenque, 1962)²¹.

Aristóteles, por sua vez, não tomará partido, nos termos colocados no *Crátilo*, entre uma teoria convencionalista ou uma teoria naturalista da linguagem, e buscará elaborar sua própria concepção da linguagem. Em *De l'Interprétation* (Aristóteles apud Aubenque, 1962, p. 110, tradução nossa), a linguagem é definida como símbolo (*σύμβολον*): “os sons emitidos pela voz são símbolos dos estados de alma (*παθήματα τῆς ψυχῆς*) e as palavras registram os símbolos das palavras emitidos pela voz”²². A relação da linguagem com o ser não se estabelece de forma direta, mas passa pela mediação dos *παθήματα τῆς ψυχῆς* e são esses que exprimem o ser. Reconhece-se assim que há uma relação entre a palavra e a coisa, mas que essa relação é indireta, ou seja, se dá por meio da simbolização, e também fonte de questões ou problemas, pois não é da ordem do natural. Aristóteles exprime essas dificuldades definindo o discurso (*λόγος*) como “um som vocal que tem uma significação convencional (*κατὰ συνθήκην*)”²³ (Aristóteles, *De l'Interprétation*, 4,16 b 28 apud Aubenque, 1962, p. 108, tradução nossa). A linguagem então não é vista como uma imagem ou imitação do ser, mas como uma simbolização convencional. Os vários comentadores apontam idas e vindas em relação à concepção de linguagem aristotélica a depender do texto considerado (Aubenque, 1962). Em *De l'Interprétation*, o estagirita, busca detalhar sua concepção ocupando-se da proposição à qual se pode atribuir a qualidade de verdadeiro ou falso, que deve ser distinguida do discurso de maneira geral. Para ele, a significação não determina se algo existe ou não: “...a palavra *homem* quer dizer alguma coisa, mas não, entretanto, que existe ou não existe algo: só haverá afirmação ou negação se se acrescenta outra coisa”²⁴ (Aristote, 2014,4,16 b 28, tradução nossa, itálico do autor). Esse acréscimo permite formar a proposição, com estrutura sujeito e predicado, e é essa que se pode determinar como

FLP 23(2)

¹⁹ “Ele rompeu com a antiga ontologia – a única forma de lógica conhecida pela filosofia pré-aristotélica - de uma vez por todas nos elementos palavra (*λόγος*) e coisa (*ὄν*).” (Jaeger, 1986 [1936], p. 370, tradução nossa).

²⁰ “... une théorie de la signification c'est-à-dire à la fois de la séparation et du rapport entre le langage comme *signe* et l'être comme *signifié*.” (Aubenque, 1962, p. 99-100, itálicos do autor)

²¹ No entanto, nada é tão categórico. Segundo Méridier (apud Aubenque, 1962, p. 106), ao final do *Crátilo*, Platão afirma, diante dos dois contendores, a superioridade de uma filosofia que vá às próprias coisas, não se fixando na linguagem, vista tão somente como instrumento de expressão.

²² “Les sons émis par la voix...sont les symboles des états de l'âme (*παθήματα τῆς ψυχῆς*) et les mots écrits les symboles des mots émis par la voix” (Aristóteles apud Aubenque, 1962, p. 110).

²³ “un son vocal ayant une signification conventionnelle (*κατὰ συνθήκην*)” (Aristóteles, *De l'Interprétation*, 4,16 b 28 apud Aubenque, 1962, p. 108).

²⁴ “... le mot *homme* signifie bien quelque chose, mais non pas cependant qu'il est ou qu'il n'est pas: Il n'y aura affirmation ou négation que si l'on y ajoute autre chose.” (Aristote, 2014b,4,16 b 28, itálico do autor).

verdadeira ou falsa. Assim, apenas na medida em que o discurso, enquanto se molda numa proposição, tem semelhança (*ὁμοίωμα*) com as coisas, é que se pode dizer que é verdadeiro. Essa operação é judicativa, ou seja, trata-se de um juízo que se faz por meio do cotejo da proposição com as coisas. Conclui-se assim que, para o filósofo, significação não se confunde com proposição, ou ainda, a proposição é o recurso de linguagem que permite aferir a existência ou não de alguma coisa, que tem valor ontológico.

A pergunta, eternamente colocada, é como sabemos que uma proposição é verdadeira ou falsa, ou ainda, de que maneira a junção de símbolos numa proposição, que não tem relação natural com a coisa significada, é capaz de constituir semelhança (*ὁμοίωμα*) com as coisas.

Para tratar desse ponto, vejamos inicialmente as dificuldades que se apresentam na concepção aristotélica da significação que são essenciais na realização dessa tarefa.

Toda a dificuldade com a referência e, portanto, na concepção aristotélica, com o significado, reside nesse cotejo entre palavras e coisas, que se dá por semelhança. Ora, não há semelhança completa, perfeita, isto é, o discurso é um substituto necessariamente imperfeito. Esse problema fundamental se deve, em parte, ao fato de as palavras serem finitas ou em número limitado, enquanto as coisas são infinitas em número; além disso, a linguagem fala em termos gerais, por meio de categorias, mas as coisas são singulares. De acordo com Aubenque (1962, p.116), na *Metafísica*, no livro Z, trata-se assim de:

como definir, com os nomes que são comuns, uma essência singular? Porque, precisa Aristóteles, “as palavras estabelecidas pela linguagem são comuns a todos os membros da classe que elas designam; elas devem, portanto, necessariamente, aplicar-se a outros seres além da coisa definida”²⁵. (Aubenque, 1962, p. 116, tradução nossa).

A linguagem é vista assim como um instrumento naturalmente imperfeito ou deficiente. Há desconfiança assim das palavras que, dada a imperfeição das correspondências visadas, dificulta ou impede o acesso às próprias coisas. Deduz-se que se estabelece certa assimetria entre o *λόγος* e o *ὄν*.

Uma palavra pode assim significar uma pluralidade de coisas, o que gera ambiguidade, nomeada de homonímia por Aristóteles. Vê-se assim que a atribuição de verdade ou falsidade a uma proposição dependerá de um acordo sobre a acepção das palavras que a compõe, o que é visível, por exemplo, quando ocorre o fenômeno chamado de paralogismo o qual consiste exatamente do emprego de uma mesma palavra com acepções distintas no curso de um único raciocínio²⁶. Os sofistas, contra quem, Aristóteles erige sua filosofia eram reputados especialistas nesse tipo de construção discursiva que impede, portanto, a aferição do valor de verdade de uma proposição ou de uma argumentação. Ainda nos termos de Aubenque (1962, p. 123):

²⁵ “Comme définir, avec des noms qui sont communs, une essence singulière? Car, précise Aristote, ‘les mots établis par l’usage sont communs à tous les membres de la classe qu’ils désignent; ils doivent donc, nécessairement, s’appliquer à d’autres êtres qu’à la chose définie.’” (Aubenque, 1962, p. 116).

²⁶ Um exemplo de paralogismo: *Visitei um amigo e não havia pó para fazer café. Foi bom porque tenho alergia a pó.* A proposição é *non-sense* porque a palavra *pó* é tomada em dois significados diferentes. O fenômeno pode ser tratado também como ambiguidade; note-se, porém, que, no exemplo de paralogismo, a ambiguidade é um instrumento de argumentação.

A distinção das significações será, portanto, o método universal de refutação dos sofismas. Estes repousam sobre a ambiguidade que não é... senão a aparência da significação; denunciar a ambiguidade é o procedimento que servirá a suprimir a aparência sofisticada²⁷. (Aubenque, 1962, p. 123, tradução nossa).

Acrescente-se a essa concepção da significação, a consideração aristotélica, quando ele fala, como vimos, dos estados de alma, de que são as intenções do sujeito que, em última instância vão decidir em que sentido precisamente está sendo utilizada uma palavra. Dito de outra maneira, é a intenção que anima a língua. É por essa razão, segundo ainda Aubenque (1962), que o estagirita, na sua avaliação dos filósofos anteriores a ele, procurará sempre buscar o significado que está além das palavras propriamente ditas, tentando estabelecer o raciocínio, ou o espírito (*διάνοια*), que pode atribuir um significado ao *logos*.

Desta nossa apresentação, vamos destacar três conclusões centrais que serão relevantes em relação a nossos objetivos. Sobre a linguagem, Aristóteles assume as seguintes posições fundamentais que se inter-relacionam: 1) ela é deficitária para exprimir as coisas tal qual elas são; 2) o uso das palavras não é seguro devido à homonímia ou polissemia inerente a elas; e 3) o significado a ser extraído de uma palavra deve levar em conta a intenção de seu usuário. Apesar das deficiências apontadas, é com as palavras articuladas numa proposição, num *logos apofântico*, que se coteja a língua com a realidade e se pode atribuir um valor de verdade ao que é dito. As deficiências da linguagem no que se refere a garantir o verdadeiro conhecimento nos parece assim dever ser enfrentadas para que de fato a proposição reúna condições de aferição de seu valor de verdade. De acordo com o que estamos propondo, Aristóteles buscará clareza na linguagem evitando suas armadilhas e, para isso, estabelecerá as bases da lógica.

Na Metafísica, no livro Γ, o filósofo expõe um dos fundamentos de sua lógica que é o princípio da contradição, ou seja, uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, que é fundamental para evitar as armadilhas da linguagem, o que o faz se opor, por exemplo, à doutrina dos contrários de Heráclito de Éfeso. Assim, para Aristóteles, não

... é possível que a mesma coisa seja e não seja e que seja possível pensar assim. Muitos que estudam a natureza utilizam esse argumento. Quanto a nós, acabamos por admitir a impossibilidade de ser e não ser ao mesmo tempo e, a partir daí, mostramos que é o mais certo dos princípios.²⁸ (Aristote, 2008, 4,1006a, tradução nossa).

Para ele ainda, esse princípio não necessita de demonstração, não sendo uma hipótese que poderia, potencialmente, ser refutada. Trata-se, portanto, de um princípio essencial, com valor axiomático, para quem busca o verdadeiro conhecimento.

O princípio da contradição, como um dos pilares da lógica aristotélica, impede que se diga algo e em seguida seu contrário com pretensão de verdade. Ora, o que se

²⁷ “La distinction des significations sera donc la méthode universelle de réfutation des sophismes. Ceux-ci reposent sur l’ambiguïté, qui n’est... que l’apparence de la signification; dénoncer l’ambiguïté, ce sera supprimer par là même l’apparence sophistique.” (Aubenque, 1962, p. 123).

²⁸ “... il est possible que le même soit et ne soit pas et qu’il est possible de penser ainsi. Beaucoup de ceux qui étudient la nature utilisent, eux aussi, cet argument. Quant à nous, nous venons d’admettre l’impossibilité d’être et de ne pas être en même temps et, par là, nous avons montré que c’est le plus sûr de tous les principes.” (Aristote, 2008, 4,1006a).

busca é justamente retirar a legitimidade do discurso sofisticado. Negar esse princípio, tido como o princípio dos princípios, é negar a própria possibilidade de construir um discurso, pois se uma palavra dispusesse de uma pluralidade indefinida de significados, de acordo com a intenção do falante, a linguagem seria impossível já que exprimiria uma quantidade infinita de intenções possíveis. A argumentação de Aristóteles no livro *Γ* estabelece-se da seguinte maneira:

...se ‘ser humano’ significa uma única coisa, admitamos que seja ‘animal bípede’. Aí está o que eu entendo por ‘significar uma única coisa’: se ‘animal bípede’ é um humano, todas as vezes que qualquer coisa é um humano, ‘animal bípede’ será o ser do humano. Pouco importa também que se afirme que existem várias significações [da mesma palavra], desde que sejam limitadas porque se poderá dar um nome diferente a cada definição...²⁹ (Aristote, 2008,4, 1006b, tradução nossa, aspas do autor).

Como se vê, mesmo admitindo pluralidade de significados, em cada proposição é necessário decidir, por meio de uma definição, o significado específico de uma palavra que está sendo utilizada.

O projeto assim é o da busca da linguagem exata, subtraída da polissemia ou da homonímia e das intenções de cada um, que sirva como instrumento para dizer algo sobre o mundo de maneira tal que seja possível aferir se aquilo que é dito é verdadeiro ou falso.

A execução desse projeto toma forma por meio das bases da lógica estabelecidas pelo estagirita. Como é sabido, Aristóteles desenvolve sua lógica em seis trabalhos que compõem o *Organon* (Aristote, 1962). O intuito é obter conhecimento causal sobre os eventos do mundo, o que faz parte, como dissemos, da construção de uma estrutura teórica unificada, uma linguagem adequada para a investigação em ciência.

FLP 23(2)

4 A GRAMÁTICA GREGA E O NORMATIVISMO

A concepção grega da linguagem recebe, já que vista como instrumento de expressão, da qual, para Aristóteles, uma estrutura ou uma lógica pode ser extraída, um papel, de certa maneira, secundário, como explicaremos a seguir.

Essa visão dos fatos é corroborada com a abordagem de Ildefonse (1997, p. 15) acerca da relação entre língua e filosofia no mundo grego. Como meio de expressão que tinha por tarefa captar as coisas tão qual elas são, não se concebia a língua como um objeto científico *de per se*:

Uma tal tarefa ligava então indissolavelmente a filosofia a uma certa abordagem da linguagem que, longe de a considerar como objeto de uma dis-

²⁹ “...si ‘être humain’ signifie une seule chose, admettons que ce soit ‘animal bipède’. Voici ce que j’entends par ‘signifier une seule chose’: si ‘animal bipède’ est un humain, toutes les fois que quelque chose est un humain, ‘animal bipède’ sera l’être de l’humain. Peu importe aussi qu’on affirme qu’il y a plusieurs significations <du même mot>, pourvu qu’elles soient limitées, car on pourra donner un nom différent à chaque définition...” (Aristote, 2008,4, 1006b, aspas do autor).

ciplina separada, e mesmo de a considerar como um objeto, visava a normatizá-la para constituir a partir dela o recurso discursivo de nossa relação com a realidade, ...³⁰ (Ildefonse, 1997, p. 15, tradução nossa).

Note-se assim que a normalização cumpre a função de tornar a língua apta a descrever a realidade ou, dito de outra maneira, cumprir sua tarefa apofântica. Parece-nos assim legítimo propor a hipótese de que é essa a função original do caráter normativo que se quis imprimir à língua.

Decorre dessa proposta que o papel da normatização, comumente associado à expressão literária é, na realidade, agregado aos estudos gramaticais, como uma disciplina autônoma, isto é, a filologia, posteriormente. Comentemos em mais detalhes essa afirmação.

Quintiliano, que viveu no primeiro século depois de Cristo, já tomava como consagrada a tarefa filológica dos estudos da linguagem. Assim, no capítulo IV do livro primeiro de *Institutio Oratoria* (apud Ildefonse, 1997, p. 16, tradução nossa), dedicado aos estudos gramaticais, afirma que a tarefa do gramático é se ocupar da “ciência do dizer correto e comentário dos poetas”³¹.

Antes do grande orador romano, também no *Technè Grammatikè*, Dionísio, o trácio admitia que “a gramática é o conhecimento empírico daquilo que se diz corretamente pelos poetas e prosadores”³². (apud Ildefonse, 1997, p. 16, tradução nossa).

Como é conhecido, é essa a visão de como se concebeu a tarefa da gramática que fez fortuna, tornando-se modelar. Com o advento da linguística contemporânea, essa visão recebeu sua recepção crítica, o que foi amplamente divulgado por Lyons (1979 [1968], p. 9) quando ele aponta o chamado “erro clássico” da tradição gramatical. Para ele, os filólogos da biblioteca de Ptolomeu I, isto é, de Alexandria, ao tentar estabelecer uma versão padronizada dos textos clássicos, sobretudo os de Homero, incorreram no erro de supor a língua escrita superior à língua falada, o que consequentemente conduziu à desvalorização da variação dialetal e da mudança linguística.

Zenódoto de Éfeso, diretor da grande biblioteca, que viveu entre 323 ou 333 a.c. e 260 a.c, é considerado, no *Suda*, o primeiro ‘editor’ (*διορθωτής*) de Homero. Discute-se, é verdade, se editoração naquele tempo é comparável com o que se tem contemporaneamente. Muitos helenistas, dentre eles, Pasquali (1952) e Pfeiffer (1968), defendem que Zenódoto teve acesso a cópias variadas da *Iliada* para estabelecer uma versão considerada padrão, sendo, por isso, o primeiro dos editores alexandrinos. A hipótese tradicional, portanto, é a de que “Zenódoto deu o passo inicial que conduziu ao desenvolvimento da filologia como uma disciplina independente”³³ (West, 2001, p. 35, tradução nossa). Essa, no entanto, não é a visão de West para quem, Zenódoto

³⁰ “Une telle tâche liait alors indissolublement la philosophie à une certaine approche du langage qui, loin de l’envisager comme l’objet d’une discipline séparée, et sans même l’envisager comme objet, visait à le normer pour constituer à partir de lui le médium discursif de notre rapport à la réalité, ...” (Ildefonse, 1997, p. 15).

³¹ “recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem” (Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV apud Ildefonse, 1997, p. 16).

³² “la grammaire est la connaissance empirique de ce qui se dit couramment chez les poètes et les prosateurs”. (Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV apud Ildefonse, 1997, p. 16).

³³ “Zenodotus took the step that led to the development of philology as an independent discipline” (West, 2001, p. 35).

estabeleceu sua versão do texto homérico sem levar em conta eventuais cópias variantes, o que, segundo o autor (West, 2001, p. 37, tradução nossa) faz com que o texto de Zenodoto “seja tão excêntrico que é impossível considerá-lo como o produto de um processo racional de seleção de leituras de fontes alternativas”.³⁴ Não nos interessa aqui entrar no mérito da discussão levantada por West (2001). O ponto que nos é importante é que estão todos de acordo em considerar Zenódoto como o primeiro estudioso da linguagem que estabelece a perspectiva filológica. Observe-se assim que a visão da gramática como um instrumento para o estudo dos grandes escritores que passam a ser referências da linguagem correta se firma após esse período, o que está refletido na gramática de Dionísio, o Trácio, que é posterior a Zenódoto. Compatível com essa visão dos fatos é, enfim, que Zenódoto nascia aproximadamente no período em que morria Aristóteles o qual, supostamente, faleceu em Atenas em 322 A.C.

Nossos comentários vão assim na direção de considerar o que chamarei de função lógica da gramática como a finalidade primeira da busca de normalização da língua grega. É o próprio Aristóteles que nos oferece, como vimos, suas restrições ao caráter pouco confiável da linguagem corrente.

Aristóteles manifesta sua desconfiança com a linguagem tendo em vista, como também vimos, o fato de sua filosofia tomar como ponto de partida um combate à sofística e ao seu uso impreciso da linguagem, sobretudo o abuso das ambiguidades de uma palavra num mesmo raciocínio. Ao considerar assim, como também mencionamos, que a língua é motivada pelos *estados de alma*, ele torna-se pioneiro também em relação ao que veio a ser tratado, a partir, sobretudo, de Brentano (1995 [1874]), por meio do conceito de intencionalidade. Ora, o fato, diríamos hoje, de a língua poder ser instrumento de subjetividade, o que é crucial na determinação da significação, faz com que vigore, na realidade, o caráter convencional entre o símbolo e aquilo que ele designa. Dito de outra maneira, para o estagirita, na visão de Aubenque:

a significação não tem por si só alcance existencial: podemos significar sem contradição o ficcional, precisamente porque a significação dos nomes não pressupõe a existência ou inexistência das coisas³⁵. (Aubenque, 1962, p. 110, tradução nossa).

Segue dessa colocação, a necessidade de uma linguagem objetiva, sem os equívocos dos sofistas, para servir de base do discurso filosófico. É preciso assim, como mostramos, uma língua padronizada para realizar a tarefa da filosofia. Trata-se, assim, de um conhecimento que, no enunciado (*λόγος*), buscava dar conta (*λόγον δίδουαι*) da realidade.

5 INOVAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA: O PAPEL DA INTENCIONALIDADE E DA AMBIGUIDADE

Avançamos assim a proposta de que, antes da tarefa filológica, o *ὀρθὸς λόγος* era exigido como garantia de adequação lógica do conhecimento filosófico. Por fim, é

³⁴ “... is so eccentric that it is impossible to regard it as the product of any rational process of selection of readings from alternative sources” (West, 2001, p. 37).

³⁵ “... la signification n’a pas par elle-même de portée existentielle: nous pouvons signifier sans contradiction le fictif, précisément parce que la signification des noms ne préjuge pas l’existence ou l’inexistence des choses” (Aubenque, 1962, p. 110).

claro, portanto, que não poderia haver lugar para a busca científica do variável, daquilo que muda. Ora, para Aristóteles, diferentemente da física, “a filosofia, a *σοφία*, não se ocupa do que nasce e perece” (Aubenque, 1962, p. 27, tradução nossa): trata-se de uma ciência que se coloca de forma prioritária em relação a qualquer outra, que busca o princípio constitutivo das ‘coisas’ na medida em que sua meta é tratar da essência eterna e imóvel, do *τὸ ὄν ἢ ὄ*. Aquilo que é variável e sujeito ao tempo são as entidades da física e linguagem não é algo físico, da *Φύσις*. Dito de outra maneira, linguagem é instrumento (*ὄργανον*), e não uma entidade da natureza.

Podemos agora voltar à nossa questão da razão da variação e mudança linguísticas não terem se tornado um objeto de estudo científico ou filosófico.

Uma das questões sobre linguagem que exige ainda bastante desenvolvimento é a razão da mudança linguística. Se considerarmos que o trabalho científico, como tarefa originária na concepção grega, é a busca do(s) princípio(s) que tenha(m) valor nomológico ou causal em relação a determinado fenômeno ou estado de fatos, uma das questões fundamentais é porque a língua muda, ou, nos termos de Vitral (2021), a que se deve a inovação observada nas línguas?

Argumentamos, em Vitral (2021), que ainda estamos distantes de conseguir elaborar os princípios que expliquem a inovação linguística. É bem verdade, por outro lado, que a teoria sociolinguística, elaborada a partir de Weinreich, Labov e Herzog (1968) que estabeleceu o cotejo entre categorias sociais e a variação e mudança linguísticas, permitiu a disponibilização de uma metodologia descritiva bastante refinada, com recursos quantitativos, que permitem certa objetividade nas análises propostas. Resta, no entanto, elaborar, como dissemos, a que se deve a inovação linguística.

Já sabemos, por outro lado, que a inovação linguística conta com certos recursos para se instalar nas línguas. Gumperz (1982, p. 18, tradução nossa), por exemplo, toma como ponto de partida teórico a noção de intencionalidade envolvida numa conversação que torna-se fundamental na análise da comunicação verbal: “A noção de intenção é crucial e tem nos conduzido muito além das antigas, e puramente abstratas, propriedades estruturais da linguagem, permitindo-nos mostrar como as pessoas se baseiam em conhecimento social ao se interagirem linguisticamente”³⁶.

Como é sabido, a intencionalidade é tida como a marca do mental como propõe Brentano (1995 [1874]), ou seja, a formulação de uma intenção estabelece uma representação mental. Consideramos assim, em Vitral (2021), que a interação verbal implica que o ouvinte elabora, constantemente, inferências acerca das intenções e das ações do falante, o que ele deseja obter, suas crenças, seus receios etc., ou seja, a interação verbal inclui, como se sabe, conteúdos que estão além da simples função fática, informativa.

O papel e o enquadramento da intencionalidade na teoria linguística são bastante complexos, implicando, como acabamos de ver, o conceito de subjetividade e suas manifestações na forma dos enunciados. Em Vitral (2012, 2015, 2021), desenvolvemos um tratamento para essas propriedades, com realce nas propriedades do *mecanismo* subjacente à inovação linguística, tomando por base as noções de subjetifica-

³⁶ “The notion of intent is crucial and has carried us far beyond the older, purely abstract, structural approaches to language, to enable us to show how people build upon social knowledge in interaction”. (Gumperz, 1982, p. 18).

ção/intersubjetificação (Stein; Wright, 1995; Traugott; Dasher, 2005; Davidse; Vandelanotte; Cuyckens, 2010) e de luta por reconhecimento (Honeth, 2003). As propriedades inerentes da interação linguística podem ser deduzidas assim do encontro de duas subjetividades. Consideramos, enfim, que, ao buscar a inovação na linguagem, o falante visa a se constituir como sujeito nas trocas simbólicas de que participa. Em resumo, ao inovar, o falante manifesta suas intenções que pretendem garantir seu reconhecimento como sujeito. Não há espaço aqui para expor, com detalhes, esse conjunto de hipóteses que acabamos de comentar (o que pode ser consultado em Vitral, 2012, 2015, 2021), mas o que pudemos dizer aponta para o papel da fundamentação da intencionalidade no fenômeno da inovação linguística.

Ora, em Aristóteles, eram os ‘estados, ou afetos, da alma’ (*παθήματα τῆς ψυχῆς*), que impregnam a língua cotidiana, impedindo-a de tornar-se um instrumento seguro para a tarefa filosófica. Como dissemos, esses ‘estados de alma’ podem muito bem ser recolocados, atualmente, por meio da noção de intencionalidade, a qual consideramos como um dos *motores* da inovação linguística.

Um dos veículos da expressão da intencionalidade é exatamente a ambiguidade. É por meio da duplicidade de significado de um item lexical que ocorre a possibilidade de implementação de um significado inovador propiciando mudança na língua. Os exemplos de polissemia e homonímia (o que foi tratado por meio do termo paralogismo segundo Aristóteles) surgem em profusão nos estudos de mudança semântica (Traugott; Dasher, 2005). Ilustremos o que foi dito com um exemplo clássico de um item de valor temporal, *since*, que, devido à ambiguidade do contexto, passa a ser interpretado com valor causal (Hopper; Traugott, 1993, p. 80):

- (1) a. I have done quite a bit of writing since we last got together. (temporal)
 b. Since I have a final exam tomorrow, I won't be able to go out tonight.
 (causal)

FLP 23(2)

Nesse caso, o item *since*, quando ambas as orações se referem a eventos, sobretudo no passado, ao ser interpretado também com valor causal, exprime uma inovação e posterior mudança na língua.

Assim, a análise da inovação linguística está alicerçada na descrição e análise da ambiguidade, o que, como visto, é um dos recursos, segundo o estagirita, a ser eliminado do *logos* filosófico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a nossa exposição, é sustentável a hipótese de que a eliminação aristotélica da intencionalidade e da ambiguidade, ou paralogismo, na busca da linguagem precisa e a fundação da ciência do imutável num período em que os estudos da linguagem ainda não constituíram como disciplina autônoma desfavoreceram, por completo, a variação ou a mudança linguística como um objeto de estudos legítimo. O acréscimo da tarefa filológica, estabelecida posteriormente, termina por selar o abandono desses temas como objeto científico durante todo o período tradicional.

Na concepção grega, como vimos, o que sofre mudança ou é perecível são os objetos da natureza, o que não incluía, como também expomos, a linguagem.

É interessante observar, por fim, que, com o advento das ciências cognitivas na contemporaneidade, há tentativas – é o caso da concepção chomskiana da língua-I como um objeto biológico (Berwick; Chomsky, 2011) – de fazer migrar os estudos da linguagem para o domínio da natureza. No entanto, a questão que se coloca é que fragmento da totalidade do fenômeno linguagem, constituído teoricamente, permite uma abordagem pela metodologia científica nos moldes naturalistas. Chomsky (2000), por exemplo, avalia como inexequível o tratamento naturalista do fenômeno da intencionalidade, o que para ele significa que o fenômeno da mudança linguística não pode receber um tratamento nos moldes objetivistas que caracteriza as ciências da natureza. Encerramos por aqui nossa discussão, afirmando que, na minha visão, pelo contrário, a inovação e a mudança linguísticas, embora não possam ser implementadas pela eleição de um objeto de estudo de tipo fisicalista, admitem sim um tratamento objetivo, ainda a ser desenvolvido, que estabeleça seus princípios determinantes (Vital, 2012, 2015, 2021).

REFERÊNCIAS

- Aristote. *Organon*, Tricot J, traducteur. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin; 1962. (Tomes 1 à 6).
- Aristote. *Métaphysique*. Duminil MP, Jaulin A, traducteurs. Paris: Flammarion; 2008.
- Aristote. *Éthique à Nicomaque*. Tricot J, traducteur. Paris: Éditions Les Échos du Maquis; 2014a. (v,1,0).
- Aristote. *De l'interprétation*. Tricot J, traducteur, Paris: Éditions Les Échos du Maquis, 2014b. (v, 1,0, janvier).
- Aubenque P. *Le Problème de l'être chez Aristote. Essai sur la problématique aristotélicienne*. Paris: Presses Universitaires de France; 1962.
- Aubenque P. *Concepts et catégories dans la pensée antique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin; 1980.
- Berwick R, Chomsky N. The biolinguistic program: the current state of its development. In: Di Sciullo AM, Boeckx C, editors. *The biolinguistic enterprise. New perspectives on the evolution and nature of the Human Language Faculty*. Oxford: Oxford University Press; 2011. p.19-41.
- Brentano F. *Psychology from an empirical standpoint*. London: Routledge; 1995 [1874].
- Castro S. *Três formulações do objeto da metafísica de Aristóteles*. Rio de Janeiro: Contraponto; 2008.
- Chomsky N. *News horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press; 2000.

FLP 23(2)

- Courtine JF. Note complémentaire pour l'histoire du vocabulaire de l'être. In: Aubenque P, éditeur. *Concepts et catégories dans la pensée antique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1980.
- Davidse K, Vandelanotte L, Cuyckens H. *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin: De Gruyter; 2010.
- Delamarre A. La notion de ptôsis chez Aristote et les Stoïciens. In: Aubenque P, éditeur. *Concepts et catégories dans la pensée antique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin; 1980.
- Gilson E. *L'être et l'essence*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin; 1948.
- Gumperz J. *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press; 1982.
- Heidegger M. *L'être et le temps*. Boehm R, Waelhens A, traducteurs. Paris: Gallimard; 1964.
- Honneth A. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34; 2003.
- Hopper P, Traugott E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press; 1993.
- Ildefonse F. *La naissance de la grammaire dans l'antiquité grecque*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin; 1997.
- Imbert C. *Phénoménologies et langues formulaires*. Paris: Presses Universitaires de France, Epiméthée; 1992.
- Jaeger W. *Paideia: The ideals of Greek culture*. Oxford: Oxford University Press; 1986 [1936]. (Vol. 1).
- Lalande A. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: Presses Universitaires France; 2010.
- Lyons J. *Introdução à lingüística teórica*. Mattos e Silva RV, Pimentel H, tradutores. São Paulo: Ed. Nacional / Ed. da Universidade de São Paulo; 1979 [1968].
- Oliveira M. *A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo*. São Paulo: Paulus; 2014.
- Pasquali G. *Storia della tradizione e critica del testo*. Firenze: Le Monnier; 1952.
- Pfeiffer R. *History of the classical sholarchip from the beginnings to the end of the Hellenistic age*. Oxford: Clarendon Press; 1968.
- Platon. *Phèdre*. Chambry E, traducteur. Paris: Flammarion; 1964.
- Platon. *Cratyle*. Chambry E, traducteur. Paris: Flammarion; 1967.

- Stein D, Wright S. Subjectivity and subjectivisation. Cambridge: Cambridge University Press; 1995.
- Traugott E, Dasher R. Regularity in semantic change. Cambridge: Cambridge University Press; 2005.
- Vitral L. A inovação linguística: subjetificação e luta por reconhecimento. *Revista de Estudos da Linguagem*. 2012;20(1):65-98.
- Vitral L. Expressividade e frequência de uso: aspectos pragmáticos e cognitivos da gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*. 2015;23(1):91-125.
- Vitral L. Gramaticalização e gramática gerativa. Fundamentação, o problema mente/corpo e domínios de validade. Campinas: Editora da ABRALIN; 2021.
- Weeinreich U, Labov W, Herzog M. Empirical foundations for a theory of language change. In: Lehmann W, Malkiel Y, editors. *Directions for historical linguistics - a symposium*. Austin, TX & London: University of Texas Press; 1968. p. 95-199.
- West M. *Studies in the text and transmission of the Iliad*. München: K.G. Saur; 2001.

FLP 23(2)